

Refere-se ao Art. de mesmo nome, III(1), 142-146, 1993

OPINIAO / ATUALIZAÇÃO
OPINION / CURRENT COMMENTS**PERFIL DA FORMAÇÃO DE RECURSOS
HUMANOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL*****PROFIL DE LA FORMATION DE PERSONNEL POUR
L'ENSEIGNEMENT PRIMAIRE****Margarida J. Cavalcante*¹

CAVALCANTE, MJ. Perfil da Formação de Recursos Humanos para o ensino Fundamental. Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. 111(1): São Paulo, 1993.

RESUMO

A concepção do curso de formação de professores sofreu uma grande mudança quando a preocupação deixou de ser a questão de ensinar o professor a ensinar, mas a de saber como o aluno aprende. A proposta da autora é a formação de professores polivalentes e multidisciplinares, capazes de atender a diferentes tipos de alunos, da pré-escola ao 2º grau.

Esses professores teriam sua formação complementada em cursos de especialização após o término do ensino básico ou mesmo em nível universitário. Mas essa proposta requer uma reformulação ampla nos currículos do ensino fundamental, inadequados para as diferentes fases do processo educacional do país.

RÉSUMÉ

La conception du cours de formation d'enseignants a subi un grand changement lorsque la préoccupation n'était plus celle d'apprendre au maître à enseigner, mais plutôt de savoir comment l'élève apprend. L'auteur propose la formation d'enseignants polyvalents et multidisciplinaires, capables de s'occuper de différents types d'élèves, de la maternelle au secondaire.

Ces enseignants auraient leur formation complétée par des cours de spécialisation après la fin du cycle de base ou dans le cadre universitaire. Cette proposition demande néanmoins une large reformulation des programmes d'enseignement primaire, non adaptés aux différentes phases du processus éducationnel du pays.

Situação Atual

A alarmante deterioração da qualidade do ensino no Brasil, principalmente do ensino básico nas escolas públicas, torna o momento bastante oportuno para falarmos da formação de recursos humanos em educação, mais precisamente dos

profissionais que irão atender crianças na faixa etária de 0 - 6 anos.

Vou fazer considerações sobre a abrangência do curso de formação do professor para o início da escolarização, em nível médio, ou seja, a escola normal. Após a lei 5692, o curso transformou-se em uma habilitação a mais do ensino de

¹ Chefe da Divisão de Formação do Magistério da Secretaria de Educação Fundamental - Ministério da Educação - Esplanada dos Ministérios - Brasília - Brasil.

2º grau. Sua característica de ensino é oscilante e a habilitação ao magistério tem causado transtornos dentro do sistema educacional.

Abordarei apenas os aspectos relacionados diretamente com a organização dos cursos de formação de professores, resultado de um trabalho que vem sendo realizado desde 1983. O Ministério da Educação tem organizado seminários para debater a questão da especificidade da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau.

A partir desses seminários, começamos a analisar a questão da ampliação da formação do professor. É necessário observar que estamos convivendo, hoje, com diretrizes conflitantes. A Constituição de 1988, no capítulo referente à educação, art. 208, institui como dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0-6 anos. Mas temos uma Lei de Diretrizes e Bases, datada de 1971, a Lei 569V71, que fixa as normas para o ensino de 1º e 2º graus.

No Capítulo V, essa lei determina o currículo mínimo para a formação de professores e especialistas que atuarão no 1º e 2º graus, mas não aborda a formação do profissional para atendimento à educação infantil. Então, o que se observa é o seguinte: há uma defasagem entre o que é preconizado pela Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases ainda em vigor.

Fizemos um projeto de reestruturação curricular desses cursos, abordando seu nível. O núcleo comum do ensino de 2º grau e especificamente a habilitação ao magistério. Neste sentido, já incorporamos os resultados dos seminários anteriores e alargamos a abrangência da formação desse professor. O teor do que se discutiu anteriormente gira em torno do construtivismo e da psicologia cognitiva, com as contribuições de EMILIA FERRERO e ANA TEBEROVSKI, além de VYGOTSKY, que trouxe uma modificação na ideologia e diretrizes aplicadas à formação de professores.

Professor polivalente

Antes, todo curso era organizado com a preocupação de como ensinar o professor a ensinar, hoje, com base nas teorias mencionadas, procura-se saber como é que o aluno aprende, e isto trouxe uma modificação muito significativa dentro da própria concepção do curso de formação de professores. Temos, atualmente, em colaboração com a Secretaria de Educação, cursos com esta finalidade, do pré à 4ª série. É o que chamamos de professor polivalente. Nesta abrangência do ensino fundamental, faz-se o atendimento à criança, ao jovem, ao adolescente e ao adulto.

Atualmente, existem cursos com formação em três anos, num só período, com carga horária

inferior e outros, mais estruturados e com normas dadas pelos Conselhos Estaduais, que duram três anos, mas exigem período integral de estudo. É o que se faz, por exemplo, no Distrito Federal; outros Estados vão mais além, aumentando para quatro anos. Todos os cursos, estruturados ou não, têm a mesma finalidade que é formar professores da pré-escola e séries iniciais do ensino fundamental, capazes de ensinar numa relação de construção. Assim, os alunos adquirem os conhecimentos básicos da língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências.

Esse professor precisa de embasamento teórico para saber o que, como e por que ensinar. Ele deve propiciar, no exercício profissional, a participação social por meio de uma prática pedagógica crítica e reflexiva. Portanto, o curso deve formar um professor com visão crítica do mundo, capacitado para o exercício consciente da cidadania, tendo como eixo principal a alfabetização.

O currículo precisa estar em harmonia com a formação desse professor polivalente, que deve atender, inclusive, alunos portadores de necessidades especiais inseridos no sistema regular. Veja-se, então, a amplitude deste curso.

Na prática, um curso chega a ter 28 disciplinas, porque os currículos de formação de professores de nível médio passam a atender às necessidades daquele que vai ensinar adultos, do que atenderá aos portadores de necessidades especiais, ou então alunos da pré-escola.

Esses currículos carregados de “penduricalhos”, como são chamadas essas disciplinas em número excessivo, são jogados num curso de apenas três anos. Por isso, há a necessidade urgente de reestruturação dos currículos, levando-se em consideração as teorias que dão suporte ao nosso conhecimento sobre a matéria.

Alfabetização

Falamos que o currículo deve ser organizado pelo que é comum à formação desse professor polivalente, que o eixo é a alfabetização. Mas a alfabetização, entendida em seu sentido mais amplo, não se restringe à codificação e decodificação de signos, nem é um conjunto de técnicas. Ela se constitui numa porta aberta para a leitura do mundo por meio da língua, da história, geografia, artes e educação física.

Esta proposta de curso para formar professores está assentada em duas diretrizes norteadoras, que implica dois compromissos: um, com a dignificação da escola pública, que passará a ter uma nova feição de instituição formadora de professores, melhorando-se a qualidade do ensino básico; e outro compromisso com a pre-

paração para o exercício pleno da cidadania. Esta preparação requer que as disciplinas também sejam organizadas, definindo-se conteúdos e superando-se a visão fragmentada do conhecimento. Isso permitirá a leitura da realidade e o resgate da qualidade geral do ensino de 2º grau.

Atualmente, os cursos de 2º grau dedicam um ano para conhecimentos básicos, restando apenas dois para a instrumentalização do professor como profissional. Falta considerar aí a questão da educação geral do professor como profissional, um indivíduo que ainda está cursando a escola básica, que precisa de condições para desenvolver plenamente a sua cidadania.

É justamente na última fase da formação do professor dentro da educação básica, que ele necessita de um ensino abrangente, permitindo-lhe uma visão de todas as ciências. Posteriormente, ele prosseguirá os estudos, mas escolherá uma especialização. Quando concebemos esses cursos de formação de professores, cujo núcleo está inserido no contexto do ensino médio, procuramos superar o modelo dual do ensino de 2º grau. Porque o 2º grau ou instrumentaliza o indivíduo para a universidade ou o profissionaliza. Nós queremos assumir o aspecto dúplice do ensino médio, ou seja, a profissionalização e a instrumen-

talização para o aluno prosseguir seus estudos.

Educação Infantil

Verifica-se uma grande amplitude na recuperação do ensino de 2º grau para permitir a formação do professor polivalente. Já fizemos avanços em relação à educação infantil com essa concepção de curso, e chegamos até a pensar na preparação desse profissional a partir dos quatro anos. Acho que devemos discutir questões importantes com todos os órgãos de ensino a respeito da formação específica do profissional que vai atuar nas creches.

Será que é a mesma a formação exigida para o profissional de creche, que atenderá crianças de 0 - 4 anos, como para os professores do pré à 4ª série do ensino fundamental? A formação do professor polivalente, que estamos propondo em nível nacional, exigirá um novo perfil profissional. Esse professor deverá ter uma formação multidisciplinar, que vai além do seu caráter polivalente.

Portanto, essa formação precisará ser concluída após o ensino médio, por meio de estudos suplementares em centros de formação e aperfeiçoamento do magistério, em institutos de educação e escolas normais. Pensamos que esta especialização deva ser feita em nível de 3º grau,